DPU
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CONCURSO DE REDAÇÃO DA DPU

educando em direitos, construindo cidadania

DPU
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CONCURSO DE REDAÇÃO DA DPU

educando em direitos, construindo cidadania

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
Daniel de Macedo Alves Pereira

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
Jair Soares Junior

CORREGEDORA-GERAL FEDERAL
Fabiano Caetano Prestes

CONSELHO SUPERIOR
Defensor Público Federal de Categoria Especial
Edson Rodrigues Marques

Defensor Público Federal de Categoria Especial
Antônio Carlos Torres de Siqueira de Maia e Padua

Defensor Público Federal de Primeira Categoria
Carlos Eduardo Barbosa Paz

Defensor Público Federal de Primeira Categoria
João Paulo de Campos Dorini

Defensora Pública Federal de Segunda Categoria
Ana Luísa Zago de Moraes

Defensor Público Federal de Segunda Categoria
Francisco de Assis Nascimento Nóbrega

© 2021 Defensoria Pública da União.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco F, Asa Norte
Edifício Palácio da Agricultura
Brasília/DF - CEP: 70040-908

COORDENAÇÃO, EDITORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES:

Secretaria-Geral de Articulação Institucional
Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco F, Asa Norte
Edifício Palácio da Agricultura - 14º Andar
Brasília/DF - CEP: 70040-908

Secretaria-Geral de Articulação Institucional
Gabriel Saad Travassos do Carmo

Secretaria de Atuação no Sistema Prisional
Mariana Mendes Lomeu

Secretaria de Ações Estratégicas
Roberta Pires Alvim

PRODUÇÃO EDITORIAL E DE TEXTO:
Mariana Mendes Lomeu
Raquel Barroso Borges Nunes
Kleber Renato Albuquerque Araújo

CAPA E DIAGRAMAÇÃO:
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Brasil. Defensoria Pública da União.
Concurso de redação da DPU: educando em direitos, construindo cidadania / Defensoria Pública da União. -- Brasília : DPU, 2019.
29 p. : il. ; color

1. Redação - língua portuguesa - concurso. 2. Defensoria pública - concurso. I. Título.

CDU: 808.1

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS....6

APRESENTAÇÃO....7

DPU NAS ESCOLAS....8

HISTÓRICO....9

A QUEM SE DESTINA O CONCURSO DE REDAÇÃO DA DPU?....17

O GUIA DO PROFESSOR....18

O GUIA DO PROFESSOR....19

COMO A COMUNIDADE ESCOLAR É SENSIBILIZADA E MOBILIZADA?....20

QUEM AVALIA OS TRABALHOS?....23

PREMIAÇÃO....24

PARCERIAS....26

CONSIDERAÇÕES FINAIS....27

LISTA DE SIGLAS

Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DPU – Defensoria Pública da União

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a publicação **Concurso de Redação da DPU: educando em direitos, construindo cidadania**. Após quase cinco anos da primeira iniciativa da Defensoria Pública da União de levar para as escolas públicas de todo o Brasil debates sobre temas relevantes para a sociedade e que estejam relacionados à atuação da Instituição, sentimos falta de um registro formal - com caráter de portfólio - para a memória e para a divulgação do Concurso de Redação em âmbitos nacional e internacional.

Esta publicação foi idealizada, portanto, com a finalidade de suprir essa lacuna. Seu principal objetivo é registrar o processo de concepção do Concurso de Redação da DPU como estratégias de atuação institucional para a educação em direitos, por meio do resgate do trabalho desenvolvido ao longo das cinco edições do certame, da apresentação de dados e da divulgação de redações vencedoras.

Os seguintes temas já foram contemplados pelo Concurso de Redação da DPU: "Eu tenho direito e a DPU está comigo" (2015); "Tráfico de pessoas. Diga não!" (2016); "Mais direitos menos grades" (2017); "Promoção dos direitos humanos e garantia do acesso à justiça (2018); "Defender direitos, evitar desastres: como o acesso à justiça contribui para o desenvolvimento sustentável" (2019). A edição de 2020 teve como tema "Entre o Céu e o Asfalto: onde está a dignidade da população em situação de rua".

A cada ano o concurso é aprimorado, a rede de parceiros é ampliada, o número de participantes apresenta incremento e a qualidade das redações nos surpreende. Esses resultados nos levam a crer que estamos no caminho certo.

Agradecemos aos nossos parceiros, aos participantes de todas as edições do certame, às escolas, aos alunos, aos professores e a todos que contribuíram para o aprimoramento dessa iniciativa ao longo desses anos. Aproveitamos a oportunidade para convidar outras instituições que desejem conhecer o Concurso de Redação da DPU e se unir à Defensoria em edições futuras do certame.

DPU NAS ESCOLAS

A Defensoria Pública da União é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica; a promoção dos direitos humanos; e a defesa dos necessitados em todos os graus[1]. Além dessa previsão no texto constitucional, a orientação jurídica é, também, elencada como função institucional da DPU no artigo 4º, I, da Lei Complementar n.º 80/94. Por fim, no âmbito institucional, uma das vertentes adquiridas pela orientação jurídica é o conhecimento dos direitos por parte de seus sujeitos. Destaca-se, portanto, como missão institucional da Defensoria - não apenas a defesa dos direitos dos assistidos - mas a garantia de que estes os conheçam.

A partir do reconhecimento de que um dos caminhos para o conhecimento dos direitos passa pela educação, evidencia-se a conexão nata entre DPU, educação, cidadania e garantia de direitos. Nesse cenário, foi concebido o programa **DPU nas Escolas**, que tem como propósito incluir a educação em direitos entre os temas discutidos em escolas públicas de todo o país, alcançando alunos dos ensinos fundamental e médio – inclusive Educação de Jovens e Adultos (EJA) -, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e adultos em situação de privação de liberdade em instituições estaduais[2]2, assim como internos das penitenciárias federais.

Uma das iniciativas no âmbito desse projeto é o concurso de redação da DPU: espaço de debate, de reflexão e de produção de conteúdo a respeito de temas relevantes para a sociedade e afetos à atuação da Defensoria Pública da União. Por meio dessa estratégia, alunos são incentivados à produção textual, escolas são mobilizadas e mobilizam a comunidade, além de adquirirem visibilidade, exercita-se a competição reflexiva e premiam-se os méritos. Para a DPU, o concurso se configura, ainda, como oportunidade de divulgação dos serviços prestados à significativa parcela da população vulnerabilizada ao longo do território nacional.[3]

---

1 BRASIL. Constituição Federal de 1988, Art. 134

2 Desde que devidamente matriculados em escola da rede pública ou de ensino técnico do país.

3 À época do lançamento do 1º Concurso de Redação da DPU, em 2015, estavam matriculados em escolas públicas de todo o país cerca de 20 milhões de alunos (ensino fundamental, médio - regular e Educação de Jovens e Adultos) segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

HISTÓRICO

Ao longo de suas edições, o Concurso de Redação da DPU tem buscado ilustrar aos estudantes como questões pessoais e sociais - por vezes insuspeitas - apresentam interfaces com o Direito e, portanto, podem ser objeto da educação em direitos.

Essa se destaca como mecanismo de compartilhamento de informações sobre o funcionamento das instituições, sobre os direitos e deveres dos indivíduos e sobre como agir quando alguma situação que implique noções jurídicas se apresente. Assim, a educação em direitos se configura como uma porta de entrada para a construção da cidadania.

Atualmente, em sua 5ª edição, o Concurso de Redação já conta com importantes parcerias junto a outras instituições e a organismos internacionais como veremos na seção dedicada às parcerias.

Ao longo das edições do certame, verificamos aumento significativo da participação nacional e do engajamento de escolas, de professores e de alunos do país. De maneira similar, houve ampliação da contribuição de diversos *stakeholders* (externos e internos), de forma a evidenciar que, por intermédio das redações e dos planos de mobilização e sensibilização apresentados, o impacto da educação em direitos humanos na recuperação da autoestima e da dignidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesta seção, lembraremos os temas e fatos marcantes das edições do Concurso de Redação da DPU.

1º CONCURSO

Em 2015, ano de sua estreia, o Concurso de Redação teve como tema **Eu tenho direito e a DPU está comigo!** em uma perspectiva de incentivo de estudantes de todo o país a darem os primeiros passos para a compreensão do significado do Estado Democrático de Direito e do papel da Defensoria Pública da União nesse contexto.

Nessa ocasião, os alunos puderam explorar a noção de direitos, se reconhecer como sujeitos deles, e se informar sobre como podem acioná-los quando os tiverem violados e não contarem com recursos financeiros disponíveis para recorrer à justiça por meio de advogados particulares. Ao reconhecermos que o apropriar-se dos próprios direitos é a pedra angular para o exercício da cidadania, são necessárias instituições como a DPU, que legitimem esse processo de construção de conhecimento e de usufruto de direitos.

A partir dessa abordagem, os alunos do Ensino Médio que participaram do certame tiveram a oportunidade de estabelecer conexões entre Estado, leis, Direito e Cidadania e de concluir sobre o lugar da Defensoria como função essencial à Justiça.

2º CONCURSO

A segunda edição do Concurso, em 2016, abordou um fenômeno bastante complexo e que representa grave violação de direitos humanos: o tráfico de pessoas. A partir do tema **Tráfico de Pessoas. Diga não!**, a DPU buscou levar ao público do certame informações e conceitos básicos sobre o assunto, de forma a alertá-lo sobre os riscos a que pudessem estar expostos e, portanto, prevenir novos casos.

Por intermédio dessa abordagem, os alunos conheceram aspectos sociais propícios a esse tipo de exploração da vulnerabilidade humana, foram informados sobre as principais finalidades dessa prática, e puderam, ainda, ser alertados sobre o fato de que o tráfico de pessoas, assim como a escravidão dos tempos modernos, faz parte da realidade brasileira e, portanto, não se restringe a determinados rincões do mundo como se possa imaginar.

Ainda nesse contexto, o Concurso em 2016 destacou para seus participantes a DPU como instituição central no enfrentamento ao tráfico de pessoas, em especial por meio da garantia do acesso à Justiça às vítimas, garantindo-lhes orientação e assistência jurídica nos âmbitos nacional e internacional

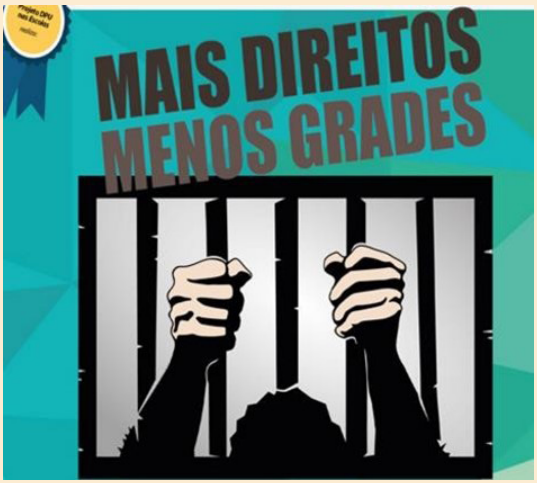
3º CONCURSO

Mais direitos menos grades foi o tema do 3º Concurso de Redação, que buscou promover a reflexão sobre o sistema carcerário brasileiro diante do panorama de superlotação, de rebeliões e de constantes

novas prisões.

O debate proposto aos participantes do certame se concentrou em uma perspectiva de valorização dos direitos das pessoas em situação de privação de liberdade e da sociedade como um todo como alternativa ao aprisionamento.

Essa edição do certame apresentou como novidade a participação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de adultos em situação de privação de liberdade – devidamente matriculados em escola da rede pública ou de ensino técnico do país -, bem como de internos das penitenciárias federais. Além dessa ampliação do escopo do Concurso, servidores do DEPEN contribuíram com a avaliação dos trabalhos.



4º CONCURSO

Por ocasião do aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 2018, o Concurso de Redação teve como tema **Promoção dos direitos humanos e garantia do acesso à justiça**.

Naquele ano, a DPU buscou difundir entre os participantes do certame a ideia de que todas as pessoas têm direito de viver com dignidade, independentemente de raça, sexo, língua, religião, opinião política, origem social e nacional e outras características.

Nessa perspectiva, essa edição do concurso contribuiu para o reconhecimento da Constituição Federal de 1988, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como instrumento de promoção de cidadania a partir de seus fundamentos como a dignidade da pessoa humana e de seus objetivos como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

5º CONCURSO

Diante dos desastres oriundos dos rompimentos das barragens de rejeitos de minérios no Brasil, este ano, o Concurso de Redação teve como tema **Defender direitos, evitar desastres: como o acesso à justiça contribui para o desenvolvimento sustentável**.

Por meio desse tema, a comunidade escolar foi convidada a refletir sobre como decisões de negócios de grandes empresas e comportamentos do cotidiano de cada um podem produzir impactos negativos no meio ambiente e trazer transtornos para a coletividade.

Nesta oportunidade, a DPU recebeu destaque como instituição a serviço da população para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à legislação ambiental, para representar os assistidos perante os órgãos federais de tutela do meio ambiente e, também, para promover o acesso à justiça.

6º CONCURSO

Em 2020/2021, mesmo em um cenário desafiador para execução do 6º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União, provocado pela pandemia do COVID-19, o projeto bate o recorde de participaço, com mais de **23.000 redações** cadastradas em nosso sistema. Com o tema: "Entre o céu e o asfalto: onde está a dignidade da população em situação de rua?", buscou-se promover a discussão na sociedade, no seio da comunidade escolar, acerca da população em situação de rua, seus direitos e a garantia de sua dignidade no contexto em que se encontram.

A população em situação de rua é uma parcela de nossa sociedade que, em sua grande maioria, não possui o mínimo necessário para uma existência digna e, portanto, condições de exercer os seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Trata-se de um público hipervulnerável, assistido, por essência, pela Defensoria Pública da União.

Dessa forma, buscou-se aumentar o nível de conscientização da sociedade acerca de violações aos direitos dessa população, que, evidencia-se, são frequentes, e do papel de todos no sentido contribuir para cessar tais violações, para o que é via o serviço de assistência jurídica gratuita prestado pela DPU

Por meio dos temas escolhidos ao longo das edições do Concurso de Redação da DPU, podemos verificar que já foram exploradas tanto questões voltadas para a esfera individual, como "Eu tenho direito e a DPU está comigo", quanto para a coletividade, a exemplo de Defender direitos, evitar desastres: como o acesso à justiça contribui para o desenvolvimento sustentável. Tal diversidade de temas, em que pese estarmos ainda na 6ª edição do concurso, demonstra como os direitos podem ser exercidos de várias formas e em diferentes graus.

Nesse sentido, a educação em direitos funciona como um mecanismo de familiarização de toda a comunidade escolar com os temas abordados nos concursos antes de uma situação de litígio direta ou indiretamente se estabelecer com os participantes do concurso de redação. As reflexões promovidas sobre as temáticas e sobre o papel da DPU no sistema de justiça do Estado de Direito são oportunidades de discussão pública e educacional não frequentes na esfera doméstica ou particular.

Além da introdução às leis, ao Direito e à DPU, o Concurso de Redação é uma maneira de estimular a capacidade argumentativa dos estudantes das escolas públicas, promovendo a reflexão e a construção da cidadania.

A QUEM SE DESTINA O CONCURSO DE REDAÇÃO DA DPU?

Ao longo das edições do Concurso, as categorias de participação passaram por alterações de forma a contemplar número mais expressivo de estabelecimentos educacionais e de alunos, observando a diversidade de nosso sistema educacional.

Hoje, o concurso é destinado aos alunos dos ensinos fundamental e médio, incluindo Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como aos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, e aos adultos em situação de privação de liberdade em instituições estaduais, desde que devidamente matriculados em escola da rede pública ou de ensino técnico do país, bem como a todos os internos das penitenciárias federais.

Como consequência direta da inclusão de novas categorias no concurso, tivemos o aumento do número de alunos, de escolas participantes e de redações enviadas. Destacamos, nesse processo, a participação de estudantes internos do sistema prisional: na 3ª edição do certame (2017), das 6.607 redações submetidas, 5.044 foram de estudantes dessa categoria, o que evidencia o interesse da população em situação de privação de liberdade em participar de iniciativas que promovam os valores da educação e da cidadania.

> “A participação no concurso representa para toda a população carcerária do DF o interesse pelo estudo, pela escola, que o preso pode sim ter acesso à educação, esquecer os crimes praticados e pôr em prática uma nova forma de vida após a conclusão da pena.”
>
> L.C.F, aluno interno que venceu a 3ª Edição do Concurso pelo Centro Educacional 1 de Brasília

O GUIA DO PROFESSOR

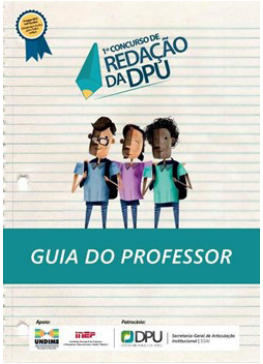
Todo ano, por ocasião do Concurso de Redação, a DPU elabora o **Guia do Professor**: documento que apresenta informações básicas sobre o certame para conhecimento do professor, e que contempla noções gerais sobre o tema a ser abordado naquele ano.

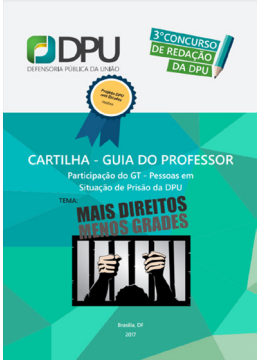
Dessa forma, a Defensoria compartilha informações com a comunidade escolar para inspirar o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares centradas na reflexão e no amplo debate sobre os temas dos concursos, apoiando os professores que aderirem ao projeto no desenvolvimento de atividades relacionadas aos temas abordados pelos certames.

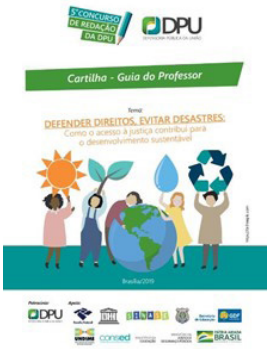
Os guias sugerem que os temas sejam debatidos não apenas entre professores e alunos, mas entre toda a comunidade escolar. Os guias incentivam, ainda, a participação de autoridades locais ministrando palestras sobre as questões relacionadas aos temas dos concursos.

Todo ano, os guias são publicados no site da DPU, na área reservada aos informes sobre o concurso quando de seu lançamento e permanecem disponíveis para *download*.

O GUIA DO PROFESSOR







COMO A COMUNIDADE ESCOLAR É SENSIBILIZADA E MOBILIZADA?

O Plano de Sensibilização e Mobilização é a consolidação das estratégias diferenciadas desenvolvidas pela comunidade escolar para debater o tema do concurso de redação tanto no ambiente de ensino quanto nas atividades extraclasse. As escolas, motivadas pela iniciativa da DPU, tomam para si o compromisso de incluir em suas atividades pedagógicas a difusão de direitos dos cidadãos, transmitindo informações para pessoas que, por diversas vezes, não conhecem seus direitos.

Essa experiência é relatada pela escola, que também concorre a prêmios (Categoria Escola): a vencedora é aquela que abordar o tema de maneira mais criativa, original e efetiva para o propósito de sensibilizar e de mobilizar a comunidade escolar envolvida no certame.

Ao longo das edições do concurso, houve oportunidades em que os planos de sensibilização e mobilização asseguraram a participação não somente da comunidade escolar, mas da população de maneira geral por meio de uma corrente de informações criada a partir da escola a fim de levar o direito a quem é de direito.

Assim, de forma a assegurar que o maior número de integrantes da comunidade escolar tenha acesso às informações, as escolas adotam estratégias variadas a exemplo de palestras com os alunos, pais e funcionários da escola, produção de notícias para serem divulgadas nas redes sociais, no noticiário local, elaboração de cartazes e distribuição desses cartazes em locais públicos como Centro de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Prefeitura, além da própria rua, de forma que ultrapassa os muros das escolas e os alunos, ao serem educados em direitos, também educam a população local.

Em alguns municípios, a iniciativa melhora o relacionamento entre a escola e os alunos e as entidades sociais do município, pois são estabelecidas parcerias para o desenvolvimento do concurso.

> Toda a produção feita proporciona, viabiliza e incentiva a participação da comunidade escolar no concurso em questão, bem como fortalece iniciativas para o trabalho em grupo além de divulgar de modo diferente e por meio de uma abordagem transdisciplinar os serviços prestados pela DPU."
>
> (Plano de sensibilização e mobilização da comunidade escolar, Colégio Estadual Lavandeira, Tocantins, 1º concurso)

As canções a seguir são exemplos de atividades realizadas pelos alunos na fase de sensibilização e mobilização das escolas no âmbito do Concurso de Redação da DPU.

A DPU foi criada pelo Artigo 134
E está aqui na comunidade
Ou em qualquer cidade
Para proteger o cidadão
De qualquer idade.

Segundo a Lei Complementar
Os objetivos da DPU são
A primazia da dignidade
Redução das desigualdades
Da prevalência e efetividade

A DPU é a instituição responsável
Por garantir a justiça aos necessitados
Para que possam estar
Devidamente representados

Este rap foi feito para a DPU
Responsável pela efetividade
E protege a sociedade Lutando pelos direitos
E pela igualdade.

(Rap criado pelos alunos Anderson, Bruno, Mateus, Rodrigo e Ueslei, da Escola Municipal Paulo Freire, em Petrolina/PE, 1º Concurso: Eu tenho direitos e a DPU está comigo)

Não era pra você se preocupar
Era só pra me preocupar
Eu te avisei, eu bem que te avisei

Você não sabia que a DPU era assim
complicados ela resolve sim
Vai te ajudar, vai sim te ajudar

Não vai ser tão fácil
Mas aqui na região
A DPU tem advogados
Que te ajudarão

Vá sempre na DPU
Que ela te dará
A melhor saída
E você não sofrerá
Com nenhuma injustiça
E dessa forma poderá
Curtir a vida

Não chora, me liga
Vamos resolver esse caso de novo
Sempre que precisar me pede socorro
Que sempre vou te salvar
Não chora, me liga
Vamos resolver esse caso de novo
Sempre que precisar me procura de novo
Todo momento eu vou te ajudar

(Paródia da música "Chora, me liga", de João Bosco e Vinícius, criada pelas alunas Jéssika, jucicleide, Jhenifer, Maria Luiza e Maria Vitória, da Escola Municipal Paulo Freire, em Petrolina/PE, 1º Concurso: Eu tenho direitos e a DPU está comigo)

QUEM AVALIA OS TRABALHOS?

A terceira edição do Concurso de Redação da DPU (2017) trouxe como novidade a instituição da

Comissão Julgadora dos trabalhos submetidos.

Desde então, a comissão é constituída por Defensores Públicos Federais, por servidores da área administrativa da DPU e por servidores DEPEN. No âmbito da DPU, os membros da Comissão são escolhidos mediante lançamento de edital de ampla concorrência em que são valorizados a titulação acadêmica, a experiência em bancas de concursos anteriores, o período de magistério nas áreas de Direito e de Letras e a antiguidade de exercício no Órgão.

As redações são avaliadas, via sistema eletrônico, de acordo com a criatividade, o conteúdo, a clareza no desenvolvimento das ideias, a correção ortográfica e gramatical e a pertinência temática. Já os Planos de Sensibilização e Mobilização são julgados pela criatividade, pela originalidade e pela efetividade das ações desenvolvidas pela instituição ou pela escola participante.

Cabe ao DEPEN avaliar as redações dos candidatos em cumprimento de medida socioeducativa de internação, dos alunos em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional Brasileiro e das pessoas em cumprimento de pena junto ao Sistema Penitenciário Federal do país.

PREMIAÇÃO

Após a etapa de avaliação dos trabalhos pela comissão designada conforme visto anteriormente, a DPU premia os vencedores de cada uma das categorias do Concurso de Redação em cerimônia de encerramento do certame, que ocorre em Brasília e nas demais unidades da DPU nos estados.

Ao longo dos anos e, a partir da contribuição das instituições parceiras, diferentes prêmios vêm sendo concedidos aos vencedores: prêmios em dinheiro, *tablets*, *videogame*, câmeras digitais, medalhas e alto-falantes.

Na 4ª edição do Concurso, os primeiros colocados, acompanhados do então Secretário de Atuação no Sistema Prisional, Alexandre Kaiser Rauber, participaram de painéis da 28ª Sessão da Comissão sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, em Viena (Áustria). A viagem foi parte da premiação, oferecida pela DPU em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

A cada edição do Concurso, são eleitas - por Unidade da Federação - as melhores redações de cada categoria, totalizando 27 ganhadores em cada categoria, bem como os três melhores Planos de Sensibilização e Mobilização em âmbito nacional. Já no caso dos participantes em situação de privação de liberdade em cumprimento de pena junto ao Sistema Penitenciário Federal, são eleitas as melhores redações por unidade do sistema, totalizando quatro ganhadores nessa categoria.

Os alunos, os professores indicados como responsáveis pelas aplicações das atividades escolares aos vencedores e as escolas são premiados e recebem Certificado de Reconhecimento de Mérito por participação no Concurso. A 5ª edição do certame trouxe como novidade a Categoria **Estabelecimento de Privação de Liberdade**, que premiou os três estabelecimentos que obtiveram o maior percentual de participação dos internos no certame.

Os alunos em cumprimento de medida socioeducativa, aqueles em situação de privação de liberdade em instituições estaduais e as pessoas em situação de privação de liberdade em cumprimento de pena junto

ao Sistema Penitenciário Federal que submetem redações para análise da comissão julgadora recebem certificado de participação que ateste 12 horas de atividades de leitura e de escrita para fins de remição da pena.

Para essas categorias, a dinâmica de entrega dos prêmios também foi alterada ao longo das edições do concurso. Inicialmente, os prêmios

eram encaminhados aos estabelecimentos, custodiados pelos gestores das unidades de internação e entregues quando da soltura dos vencedores. Hoje, esses gestores decidem sobre a possibilidade de usufruto imediato dos prêmios, a depender do regulamento disciplinar local. Esses podem, ainda, ser entregues às famílias – desde que haja anuência dos ganhadores - ou custodiados até o encerramento da medida socioeducativa ou quando da soltura do reeducando.

Na Categoria Escola, são premiados os três estabelecimentos de ensino da rede pública que tenham se destacado na etapa de sensibilização e de mobilização da comunidade escolar sobre o tema do concurso. Cada uma das escolas vencedoras recebe prêmio no valor de R$ 10.000,00, que deve ser aplicado em equipamentos em proveito dos alunos, e certificado de premiação da DPU. Nesse caso, o Diretor da Escola premiada assume o compromisso de enviar à DPU, no prazo máximo de 90 dias, a prestação de contas da aplicação do valor da premiação.

PARCERIAS

A cada ano, a depender do tema do Concurso, a DPU conta com novas parcerias que apoiam a realização do certame. Os parceiros contribuem com o processo de correção das redações e de julgamento dos trabalhos, com a doação de prêmios e com a divulgação da iniciativa em âmbito nacional pelos meios disponíveis. Dessa forma, essa iniciativa é fortalecida e mais escolas são alcançadas a cada nova edição lançada.

Foram parceiros do Concurso de Redação da DPU: as Secretarias de Estado de Educação do país, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Diretoria de Políticas Penitenciárias Nacional.

Nos últimos anos, o Concurso contou, também, com a participação de organismos internacionais como a Casa da Organização das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o UNODC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta publicação foi idealizada diante da ausência de registro formal oficial para a memória e para a divulgação do Concurso de Redação da DPU. Após quase cinco anos do lançamento da primeira edição dessa iniciativa da DPU, verificamos um incremento na capilaridade do projeto, na medida

em que foram incluídas novas categorias de participantes, a exemplo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e adultos em situação de privação de liberdade em instituições estaduais.

Ainda nesse sentido, destacamos a melhoria de nossa capacidade de articulação institucional, que possibilita, a cada ano, o estabelecimento de novas parcerias, fundamentais para o êxito dessa ação.

Ao longo da publicação, foi possível verificar a evolução do Concurso ao longo de suas edições no que concerne aos temas abordados, à amplitude das escolas alcançadas em território nacional, aos prêmios entregues, à comunidade escolar envolvida e à estrutura de avaliação dos trabalhos submetidos entre outros aspectos.

Aproveitamos esta oportunidade para convidar novas instituições a estabelecerem parcerias com a Defensoria Pública da União a fim de que possamos estimular o debate sobre temáticas atinentes ao Direito no âmbito das novas práticas educacionais que visam a preparar novas gerações para a complexidade do mundo de hoje e para um futuro em que possam exercer plena cidadania.

DPU

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO